

OS SUICÍDIO ENTRE OS GUARANI KAIOWÁ

I. Introdução.

Somente no ano passado, 1990, trinta e um índios do povo Guarani Kaiová suicidaram-se. A maior parte dos casos, porém, ocorreu na Área Indígena de Dourados, localizada no município do mesmo nome, no Mato Grosso do Sul. O problema não foi resolvido e as mortes continuaram neste ano.

De janeiro a abril onze se mataram, sendo sete da área de Dourados, dois de Caarapó, um de Piraquá e um de Amambai; e seis tentaram a mesma sorte, dos quais cinco de Dourados e um de Caarapó. O fato destes casos não terem ocorrido somente em Dourados é um indicio de que a situação poderá ocorrer da mesma forma alarmante em outras áreas também.

Os números são preocupantes e colocam em risco a integridade física e cultural dos Guarani, um povo que há séculos resiste à invasão de seu território tradicional. A busca de soluções para o problema exige a identificação das causas de tantos suicídios. Para se chegar nas causas se faz necessário conhecer um pouco da história e da situação atual deste grupo indígena.

Este parecer foi elaborado com a participação da equipe do CIMI regional MS e contou com a assistência especial da Antropóloga Maria Maria Azevedo.

II. Contexto Histórico:

Históricamente os Guarani Kaiová descendem dos Guarani-Itatim cujo território tradicional estava situado entre os rios Paraguai, Ibotetéy (Miranda), Pira'i-Aquidaban e as terras de Xerez. Em fins do sec. XVIII os Itatim são encontrados na atual região habitada pelos Kaiowá, passando a ser conhecidos com este nome genérico e suas corruptelas - Caaguá, Caingua, Kaa'iva, Cayuá, Kayová, Kaiwá. Seu significado etimológico é o de habitante da selva, do mato; em guarani: "ka'a" - mata, selva, floresta, bosque; "yguá" - os que são do. Na literatura de fala espanhola estes índios são reconhecidos como monteses ou montaraces, de "monte", "selva". Este aspecto do "Kaiowáreko" (jeito de ser Kaiová) precisa ser profundamente compreendido, uma vez que é invariavelmente na "abertura" das fazendas e consequente desmatamento que são encontradas aldeias dos Kaiowá.

Hoje em dia esses índios utilizam entre si essa denominação dada pelo colonizador, sendo que do lado do Paraguai são conhecidos pela sua autodenominação: Paĩ Tavyterã. Segundo León Cadogan, antropólogo paraguaio, Paĩ é a maneira pela qual os deuses os designam e Tavyterã é habitantes da cidade do centro da terra.

Com a guerra da Tríplice Aliança, no século passado, os Kaiová foram forçados a outro tipo de contacto com os não índios, pois seu território foi palco de muitas lutas dessa guerra. Em seguida, com a guerra do Paraguai, a fronteira entre o Brasil e esse país foi delimitada e a linha seca que vai de Bela Vista/ Bella Vista a Paranhos/Ype Hu dividiu a partir daí duas histórias originais e duas políticas indigenistas específicas, que vão desembocar em novas organizações espaciais diferenciadas.

Do lado do Brasil, desde 1845 a província do Mato Grosso realiza uma política de aldeamentos; o que significava demarcar reservas de terras destinadas aos índios "espalhados" pelo território, preferencialmente junto aos povoados. Visava-se assim liberar áreas para a colonização, e ao mesmo tempo integrar os índios à população regional. Segundo esta compreensão bastaria o contato próximo com os povoados para que os Kaiowá fossem incorporados pelos não índios.

Este pressuposto da ação indigenista dos governos brasileiros não mudou até hoje. Apesar da constituição garantir a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e uma política de respeito e proteção aos bens indígenas, certos setores políticos e econômicos falam ainda hoje em colônias ou aculturação, ou integração e assimilação - é a antiga idéia de aldear os índios no Brasil todo.

Outra frente de expansão que surgiu no fim do século passado e permaneceu até meados do atual, foi a exploração dos ervais naturais. Estes ervais foram explorados principalmente pela Cia. Mate Laranjeira, sendo que as concessões de terra a esta companhia incidiram exatamente no território tradicional dos Kaiowá. Os limites destas terras são: a Norte o rio Apa, ao Sul o rio Iguatemi, a Leste os rios Brilhante e Dourados e a Oeste a linha seca da fronteira com o Paraguai, no atual Estado do Mato Grosso do Sul. Isto provocou deslocamentos e contatos com os não índios por parte dos Kaiowá, que trabalharam como mão-de-obra nesses ervais.

Em 1910 foi criado o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), marcando o início de uma política indigenista a nível federal. A partir de 1915 iniciou-se no Mato Grosso do Sul (atual) o processo de demarcação oficial das áreas destinadas aos Guarani daquela região. Até 1935 foram demarcadas oito áreas, num total de 19.845 ha., e instalados os postos indígenas ainda hoje existentes na região.

Algumas áreas foram impostas aos índios pelo SPI, a partir de critérios que os funcionários deste órgão consideravam razoáveis. Estas áreas deveriam então abrigar os índios que ali estavam e outros que poderiam migrar para ali. Continuava a idéia de "aldeamentos", e não de demarcar territórios tradicionalmente ocupados pelos diferentes grupos Kaiowá, visando concentrar os índios em determinados postos do Estado e, assim, liberar as fazendas dos outros grupos que estivessem habitando suas terras.

Nas últimas duas décadas o afluxo de índios oriundos de fazendas para as áreas mais antigas foi considerável, sendo este o principal fator da explosão demográfica que hoje se verifica nestes territórios indígenas. Em alguns casos de fazendas "com índios" o proprietário recorria ao órgão tutor para a retirada destes para as já demarcadas áreas, PIs (postos indígenas), mais próximas, desrespeitando o modo tradicional de se organizarem espacialmente e retirando-os de seus próprios territórios. Em outros casos o próprio fazendeiro realizava a expulsão e transferência dos índios para as áreas demarcadas ou para o Paraguai. Sempre se usou de violência nessas expulsões, utilizando-se das polícias civil, militar e federal para auxiliarem no trabalho.

Estes índios expulsos eram comunidades ou grupos locais inteiros que resistiram mas acabaram tendo que sair de seu "tekoha" (comunidade/território tradicional) devido, portanto, à expropriação de suas terras.

É neste século que a totalidade dos "tekoha" Guarani se viram expulzados de suas terras pelas fazendas que se sobrepõem a eles. Não considerados pela FUNAI como índios desaldeados, também chamados de índios das fazendas, não recebem assistência alguma do órgão oficial. Hoje em dia são por volta de 300 famílias vivendo nessa condição, distribuídas por diferentes fazendas que se sobrepõe ao seu território imemorial.

O número era muito maior e estavam incluídos nesta categoria os grupos de Paraguacu, Jaguapire, Pirakuá, Cerrito, Guacuti e outros que resistem e aguardam solução para suas terras. Portanto o mais insignificante contingente populacional encontrado nos oito postos da FUNAI se deve quase que exclusivamente ao afluxo desta população, expulsa ilegalmente de suas áreas originais.

Do lado do Paraguai as terras foram demarcadas atendendo a melhor os "tekoha" tradicionais, num total de 21 áreas. Os Pai Taviterã puderam manter por mais tempo uma certa autonomia psico-social em razão de que seu território tradicional, a região oriental do Paraguai, ter-se mantido intacta até recentemente, quando as terras indígenas já estavam em grande parte identificadas.

Das 21 áreas demarcadas pode-se tirar os seguintes dados: a soma total destas é 20.489ha. Sendo a população de 4.515 pessoas, ou 903 famílias nucleares. Temos então 975ha em média para cada "tekoha" ocupados em média por 215 pessoas ou 45 famílias.

Do lado do Brasil temos, nas áreas demarcadas um total de 19.332 ha. para uma população de 17.364 pessoas, ou 3.472 famílias nucleares. Os Pai Taviterã possuem quatro vezes mais terra que os seus patrícios do lado do Brasil. (dados do Paraguai obtidos a partir do relatório Área indígena Jaguapire, de Rubem F. Thomas de Almeida para a FUNAI, em 1985)

No Mato Grosso do Sul, apesar de todas as pressões para que os índios sejam "aldeados", resistem seis "tekoha" em seus territórios tradicionais: Paraguacu, Pirakuá, Cerrito, Sete Terras, Panambi-zinho e Panambi. Outras quatro comunidades foram expulsas de seus territórios tradicionais e, embora alojadas em outras áreas indígenas, ainda lutam por suas terras: Jararã, Jaguapire, Guacuti, Jaguari. Estas comunidades vêm lutando com todas as suas forças para permanecerem onde estão, mantendo o "kaiovereko" (jeito de ser kaiovi), reivindicam uma área onde possam equilibrar o tamanho desta com o número de famílias, a ocupação agrícola, e permanecem próximos a marcos geográficos considerados por eles como sagrados.

III. Situação Fundiária Atual *

Hoje, no Mato Grosso do Sul os Guarani somam aproximadamente 20 mil pessoas e habitam 10 áreas demarcadas:

área ind.	mun.	pop.	área (ha)	sit. fund.
Amambai	Amambai	2.416	2.429	dem.
Limão Verde	Amambai	350	668	dem.
Caarapó	Caarapó	1.800	3.624	dem.
Dourados	Dourados	6.300	3.530	dem.
Pirajui	Sete Quedas	604	2.118	dem.
Takuapiry	Cel. Sapucaia	1.400	1.886	dem.

área ind.	mun.	POP.	área (ha)	sit. fund.
Porto Lindo	Novo Mundo	1.237	1.650	
Sassoró	Tacuru	2.692	1.932	
Rancho Jacaré	Ponta Porã	400	778	dem.
Guaimbé	Ponta Porã	165	717	dem.
(1 área doada pela prefeitura):				
Campestre	Antonio João	35	11	id.
São 6 tekoha cuja população ainda resiste na área:				
Takuaraty/Yvykuarasu (Paraguacu)	Paranhos	200	2.475 (ocupam 200ha)	id. / 1984
Pirakua	Bela Vista	200	2.346	id. / 1982
Cerrito	Eldorado	85	2.040	par. fav. 615 Dec. 14, 945/87
Panambzinho	Douradina	300	60	ex id
Panambi	Douradina	231	2.037	reservada (ocupam 270ha)
Sete Cerros	Del. Sapucaia	60	9.003	id. / 1987

área ind.	mun.	POP.	área (ha)	sit. fund.
São 4 tekoha cuja população foi expulsa da área:				
Jaguapiré	Tacuru	230	2.089	id. / 1985
Guasuti	Araí Moreira	70	930	id. / 1987
Jaguari	Amambai	40	338	id. / 1987

* Dados retirados de relatórios da Funai confrontados com levantamento do CINI-MS

As áreas demarcadas abrangem vários tekoha, (comunidade, grupo local), que estão ocupando o mesmo espaço não por opção própria, mas por impossibilidade de ocuparem seus antigos territórios. Além desses tekoha expulsos e agrupados inadequadamente nos PIs, temos outros grupos locais que ainda resistem ferrenhamente em suas terras. Desde 1976 sabe-se de casos de grupos que eram expulsos de suas terras tradicionais, invadidas por fazendas, e iam amontoar-se nos já lotados PIs. Muitos destes grupos retornavam ao seu lugar de origem teimosamente. Alguns destes casos são descritos abaixo:

a) Paraguacu (Takuaraty/yvykuarasu): em julho de 1976 o sr. Geraldo Coimbra dono da fazenda Laranjal, instalada em terra guarani e localizada no município de Amambai, expulsou de forma violenta todos os índios residentes no local. Estes índios foram reconstruir suas casas dentro de seu território tradicional ocupado pela fazenda Paraguacu.

Em 1979, apesar das pressões dos donos da Paraguaçu para que os índios se retirassem, ainda estavam em torno de 26 famílias nascidas e criadas neste local.

Os índios iniciaram então uma série de articulações para demarcação de sua terra. Foram à Brasília várias vezes, aí sofreram pressões da FUNAI local, fazendeiros e Polícia Federal. Em 1981 foram novamente expulsos de suas terras, apesar das quatro equipes da FUNAI que estiveram na área para estudar o caso, e do laudo antropológico deste órgão ter comprovado a existência de marcos tradicionais do grupo indígena em questão, como cemitérios e também o mapa da Comissão Rondon que indica a presença de Kaiowá nesta exata região.

De 1981 a 1984 os índios fizeram nada menos que cinco tentativas de retomar suas terras. Em 1984 conseguiram finalmente se fixar numa pequena parcela da área requisitada. Em julho de 1988 o GII resolveu (res. n. 11, GII 94.945/87) recomendar que o processo retornasse à FUNAI a fim de que esta viabilizasse processo de "doação" por parte da fazenda Mirim, a exemplo do que foi feito no caso da fazenda Paraguaçu. Hoje em dia a área continua somente identificada. São requeridos 2.475 ha., estando efetivamente ocupados 200 ha.

b) Jaguapiré: outro caso com a mesma "estrutura" do anterior, onde a resistência não violenta que caracteriza os Kaiowá tem se efetivado. "Descobertos" pelos fazendeiros, quando procedem ao desmatamento ou abertura das fazendas, os índios começaram a sofrer toda a sorte de ameaças para desocuparem as terras. No final de 1983, no P1 Sassoró, também conhecido como Ramada, começaram a circular rumores sobre a comunidade de Jaguapiré.

A partir de 1984 as pressões sobre os índios se intensificaram devido à troca de administradores da fazenda, e os índios foram expulsos em março de 1985, por 21 jagunços do fazendeiro e três soldados da polícia militar do destacamento de Tacuru. Cinco índios mortos, a completa destruição das casas e a mudança compulsória foram o resultado desta ação violenta.

Um laudo antropológico foi elaborado comprovando a existência de cemitérios e outros marcos tradicionais na região. Atualmente os índios estão fora da terra morando nas áreas de Sassoró e Porto Lindo. A área está somente identificada. São requisitados 2.089 ha., no município de Tacuru.

c) Jararã: localizada na periferia de Juti, próximo a Casapó, a comunidade ali residente, na periferia desta vila, estava totalmente desassistida pelo órgão indigenista oficial. Apesar de antigo tekoha estar localizado nesta área, os índios foram expulsos das fazendas para viverem na vila. Por duas vezes tentaram recuperar as suas terras por conta própria, em julho de 1986 e fevereiro de 1987. Foram judicialmente despejados em novembro de 1986 e maio de 1987. A resolução n. 09 de 1988 do GII não reconheceu essa área como de ocupação permanente indígena. Foram requisitados 590 ha.

d) Piracua: Em 1983 morria assassinado o líder indígena Marçal de Souza. Conhecido internacionalmente, sua luta ainda continua. Seu tekoha tradicional ainda hoje está na justiça. Em 1980 circularam as primeiras informações sobre um conjunto de famílias habitando a área denominada Piracua, no município de Bela Vista. Esta área está situada dentro do "Tetã" Kaiowá, é o limite mais ao norte deste território, cerca do rio Apa. Há sete anos os índios disputam a área na justiça, com o Sr. Libero Monteiro (acusado como mandante no processo criminal que trata do assassinato de Marçal de Souza).

Até fins de 1989 o processo judicial que tramitava normalmente e podia-se prever o reconhecimento do direito dos índios à posse rapidamente. Após depoimento de uma das principais testemunhas do fazendeiro, o senador Saldanha Derzi, o processo tomou inesperadamente outros rumos. Seu ritmo se acelerou, laudos, perícias e demais provas favoráveis aos índios foram deixadas de lado e em outubro de 1990, os índios foram surpreendidos com a decisão do juiz da Primeira Vara Federal Luís Colinato de Bastos de reintegrar ao fazendeiro a posse das terras indígenas. Esta reintegração de posse está suspensa, pois a comunidade como terceira prejudicada e a Funai recorreram contra a decisão do juiz. A área requisitada é 2.346 ha, e está interdita por portaria da FUNAI de 1989.

Excetuando-se Guaimbé e Rancho Jacaré, nenhum outro tekoha foi demarcado desde os tempos do SPI. Os PIs já demarcados não têm mais condições físicas para abrigarem novas famílias, não possuem matas, nem existem áreas para caça e tampouco terras férteis para o plantio em sistema rotativo (tradicional dos Guarani). Casos de suicídio já ocorrem em outras áreas indígenas da região, podendo também essas áreas terem o mesmo problema de Mourados se providências imediatas não forem tomadas.

IV. A noção Kaiová de tekoha (comunidade, grupo local) e Tetã (território).

Para podermos analisar toda a complexa problemática dos suicídios temos que entender a concepção Kaiová de terra, de jeito de ser, "kaiováreko", de qualidade de vida que estes índios desejam e realizam efetivamente, quando podem.

"Teko" pode ser entendido como ser, estado de vida, hábito, costume (conforme o dicionário Montoya). "Ha" significa instrumento com o qual se faz as coisas; lugar, intento. Assim "ha" indica lugar onde se realiza uma determinada atividade, por exemplo: "nembo'chape" lugar onde se realiza a reza. Então "tekoha" deve ser entendido como lugar onde se realiza o "teko", o jeito de ser, a maneira de viver específica dos Kaiová, "o lugar em que vivemos conforme nossos costumes." (segundo o antropólogo Bartomeu Meliá).

Para os Kaiová esse tekoha tem características físicas e geográficas específicas, ou seja, não é qualquer terra que tem as características de um tekoha. Este se apresenta com nitidez no espaço físico, é limitado por rios, colinas, matas, campos. É uma instituição divina oferecida pelo Deus criador com exclusividade à comunidade que nela reside. Cada tekoha tem o seu "tekoaruvixa", o líder religioso, sacerdote; e também o "Mboruvixa", responsável pela condução política da comunidade.

Outra instituição sócio política dos tekoha são os "aty" ou reuniões, onde todos têm o direito à palavra; onde se resolvem, avaliam todos os assuntos relativos à cada tekoha específico. Internamente cada tekoha, ou comunidade, ou aldeia, ou grupo local, está espacialmente organizado por famílias extensas, ou "te'yi", que são compostas de várias famílias nucleares ou biológicas (pai, mãe e filhos). Cada "te'yi" então vai ocupar uma área determinada dentro do tekoha, onde tenha uma área para os roçados, uma mata para caça e coleta, uma "água" (nascente, rio, riacho, olho d'água), as capoeiras antigas, a área das casas e os "tape po'i" (trilheiros que cruzam todo o tekoha).

Cada tekoha pode conter um ou mais "te'yi", sendo portanto esta a sua população formadora. Os te'yi, ou a família extensa, são a base organizacional dos Kaiowá, tanto politicamente quanto religiosamente. Cada te'yi se compõe de 30 a 100 pessoas, compreendendo os velhos, seus filhos ou filhas casados com os respectivos cônjuges, seus netos, seus filhos e filhas solteiros e às vezes membros de outras famílias que se agrupam devido a esfacelamento de suas famílias originais ou a interesses sócio-políticos. O espaço físico pertence a esse grupo de famílias. Raramente é permitido a incorporação ou a presença de pessoas estranhas a este tekoha.

A inserção de outras famílias em um tekoha diferente daquele ao qual pertencem é regulada pelas relações de parentesco. Não são jamais aleatórias. Cabe ao Mboruvixa a "autorização" para a entrada de novas famílias, e ao líder de cada "te'yi", o "tamoi", cabe a aceitação de seu parente com o qual definirá o lugar de moradia, roças e outras atividades.

Portanto, a política dos aldeamentos de concentração de Guaraní em alguns Postos Indígenas já demarcados, fere profundamente a cultura e jeito de ser destes índios, obrigando-os a conviverem em comunidades artificialmente formadas e em extensões de terras insuficientes para a realização de sua Vida.

A terra para os Kaiowá é uma terra específica, para plantarem, essencialmente agricultores que são, para realizarem sua cultura. "Nande Yvy" é a nossa terra, entendida como nosso mundo, do qual fazem parte nossos antepassados (já que quando se morre se volta para a terra) e nossos filhos. Portanto esta concepção específica de terra, e não qualquer terra e de qualquer tamanho, é o estelo da identidade deste povo. Existe um princípio de necessidade e suficiência da terra, sustentado por valores econômicos, sociais e religiosos específicos dos Kaiowá. Este princípio vem sendo negado, a cada dia mais dificultado de ser seguido, não em decorrência de uma eventual desorganização dos índios, nem pela perda da identidade, mas pelo "inchaço" dos antigos PIs, e espoliação constante de seus tekoha originários.

Os Kaiowá possuem uma noção clara de território global para o seu povo, que é o "Nande Retã", cujos limites geográficos são: ao Norte os rios Apa e Dourados, ao Sul a serra de Mbarakaju e os afluentes do rio Jejui, a Leste e Oeste o território estende-se a 100 quilômetros para o lado do Brasil e mais ou menos a mesma distância para o lado do Paraguai, a partir da cordilheira de Amambai que é a fronteira entre os dois países. Este território é composto de 40 mil kms² sendo habitado hoje em dia por uma população de 23 mil pessoas (somente os Paĩ/Kaiowá).

Do lado do Brasil a população Kaiowá deve ser 13 mil pessoas ou mais. Cada Kaiowá tem consciência do lugar de seu nascimento e a qual tekoha pertence, bem como seus antepassados. Não estão, portanto, aleatoriamente dispersos ou "espalhados" pelo seu território, os tekoha estão configurados e referidos a marcos geográficos naturais, dentro do "tetã", com significados míticos. É uma das razões pelas quais se apegam tão ferrenhamente à permanência nestes locais. Decorre daí o grave distúrbio provocado pelo deslocamento forçado de comunidades para dentro das áreas demarcadas.

IV. Suicídios: a visão Kaiowá

No início dos anos 80 observou-se uma redinamização econômica do Mato Grosso do Sul, devido à separação do Mato Grosso em 1978, e a fatores de ordem econômico social (como o crescimento enorme do mercado para a soja). Isto provocou um redimensionamento fun-

diário e um novo tipo de exploração das fazendas nesse Estado. Muitas fazendas foram vendidas e/ou "abertas" para dar início às grandes plantações de soja, ou para formar pastos para o gado. Nesse contexto muitas comunidades, tekoha, que estavam nas fazendas, foram expulsas e levadas para os PIs já existentes, outros continuaram resistindo (vide item II).

Os Guarani vêm há vários anos realizando, como forma de enfrentamento, uma série de reuniões grandes, os chamados "aty guacu". Essas reuniões que acontecem periodicamente, são de líderes políticos, mas principalmente de caciques, ou nhande ru, os líderes religiosos. Nessas ocasiões se canta, se dança e se discute principalmente os problemas ligados às questões de terra. Duram em torno de três dias e têm a importante função de articular a etnia como um todo, criando um fórum de reflexão e afirmação de sua identidade étnica.

É o momento onde os laços de solidariedade se reafirmam, onde o projeto de vida é refeito e repensado, onde se afirma constantemente o kaiováreko, o teko marangatu (jeito de ser sagrado, primordial). Os Guarani, sendo um povo essencialmente religioso, onde nenhuma esfera da vida cotidiana está desvinculada com o sagrado, vão agir e interagir em relação aos problemas concretos a partir desta visão de mundo.

Neste contexto se coloca a problemática dos suicídios. Desde 1985 tem-se ouvido falar em casos de suicídios entre os Kaiová, em várias áreas indígenas. O problema se agravou no ano passado, e hoje se faz premente uma reflexão mais profunda sobre as causas e as soluções para esta ação coletiva deste grupo indígena. Não podemos entender os suicídios Kaiová a partir da nossa ética cristã, o de a vida é sagrada e quem tira a sua própria vida é sempre considerado alguém desequilibrado emocionalmente. Na nossa concepção quem se mata não está contribuindo com a sociedade na qual viveu, pelo contrário, está chamando atenção sobre uma crise social ou individual.

A morte voluntária se reveste de um sentido, que é interpretado segundo o ato de quem se matou, e segundo quem o está interpretando. É uma ação individual e social, visto que tradicionalmente não se tem notícias de suicídio entre os Kaiová e são muitos os casos com características semelhantes. Apenas para nós, não Kaiová, o suicídio tem um sentido de demência, crise, onde se oculta a sua lógica. Assim o discurso dos Kaiová que se matam fica muito mais difícil de ser entendido como tal, e busca-se as causas sociais, tratando a morte voluntária apenas como um sintoma.

O suicídio é sintoma, mas também é ato, ação, por mais confusa que esteja a parte individual da intenção, da vontade. É uma recusa de uma situação dada, mas também um julgamento total sobre o valor da vida. A morte voluntária assim entendida se apresenta como uma escolha deliberada de uma solução entre outras, como um gesto ético, referido a princípios, a valores. Portanto é a partir da ética Kaiová que devemos tentar entender a lógica, ou o sentido destas mortes para o povo Guarani, para podermos buscar soluções para o problema.

Os princípios éticos que regem o kaiováreko, o jeito de ser Kaiová, são o Teko Marangatu e o Teko Porã. Teko Marangatu é o jeito de ser ou estar religioso, marangatu é tudo o que é sagrado, que tem relação direta com o sagrado. Esse teko é reflexo do modo de ser dos deuses no céu, esta terra, para os Kaiová, é o espelho do céu, tudo o que há nela existiu primordialmente entre os deuses, que com seus gestos e ações paradigmáticas, criaram o teko marangatu. Para captarem, ouvirem os deuses, os homens e mulheres cantam e rezam, de maneira que todos podem ao menos ouvir suas vozes (dos deuses). Os Nandé Ru e os Pa'i (xamãs e sacerdotes) podem ver e conversar com os deuses. É então através dos mitos (normas, regras, ações paradigmáti-

cas) e dos rituais (comportamentos, o mito vivenciado) que fica fundamentado o teko marangatu.

Este é o modo humano de traduzir o teko katu, que é pensado como único e autêntico modo de ser; como se fosse uma consciência que configura a identidade Kaiová. Muitas vezes ao teko katu se diz: simplesmente teko, como se fosse o único jeito de ser razoável. À medida que o teko katu se transforma, transforma o teko marangatu (que pode também transformá-lo) e o teko porã. Este último é a concretização em termos comportamentais do sistema Kaiová. São normas e valores éticos que todo homem, mulher ou criança devem seguir. Quer dizer: jeito de ser bonito, bom. O falar bonito (Ñe"e porã), o amor mútuo (joayhu), coração limpo (py"á poti) são virtudes que a todo momento são ditas e lembradas às crianças. Uma grande censura a elas é: reko rei (estar à toa), ou nde japu (você mente), ou nde mbarete (você é bruto). Os bons comportamentos se visualizam e se socializam nos rituais e em reuniões (aty). O teko não é absoluto, ele se concretiza no cotidiano; a auto-identificação Kaiová como um grupo social distinto se expressa com o ñande reko (o nosso jeito de ser), que é, portanto a qualidade da vida entendida de maneira específica que os Kaiová realizam ou desejam realizar.

A morte para os Kaiová é uma passagem, é a ida para a verdadeira morada dos deuses. A vida é um período dessa outra vida. Eles dizem, quando uma pessoa se mata, ohosema (já queria ir embora), por diversos motivos específicos e conjunturais como ha"e ndovy"ai (estava triste). Neste contexto alguns motivos explicitados pelos próprios índios podem ser apontados, tendo-se em conta os suicídios dos últimos anos: - amor/ciúme; - briga conjugal; - desgosto familiar; - problema político; - desgosto pela vida em geral; - alguma perda; - erro, expiação da culpa; - desadaptação da vida (seitas religiosas).

M. Dourados: situação atual

A "onda" de suicídios ocorre principalmente na Área Indígena de Dourados, onde a situação sócio econômica é gravíssima. Alcoolismo, interferência de seitas religiosas, aviltamento da dignidade humana nas relações de trabalho (exploração da mão de obra indígena nas usinas de álcool) e a falta de terra para a realização plena da cultura Kaiová são na verdade consequências da política indigenista oficial que não tem contemplado as necessidades específicas dos Kaiová.

Os procedimentos oficiais em relação à terra no Mato Grosso do Sul sempre desconsideraram os Tekoha tradicionais, servindo mais para liberar as terras produtivas aos fazendeiros. Em relatório datado de 1984 a FUNAI reconhece o "problema" de Dourados, o alto grau de violência da área, o poder de polícia instituído por volta de 1972 pelo então chefe de posto, colocando os Terena (etnia totalmente diversa dos Guarani Nhandeva e Kaiová) como chefes dessa polícia indígena.

Na década de 30 um grupo de índios Terena (língua Aruak), habitantes de uma região mais ao norte do território (tetã) Guarani, foi levado para o PI Dourados pelo antigo SPI, com o objetivo de "civilizar" os Kaiová ali localizados. A interferência deste grupo na área tem sido menosprezada, apesar do reconhecimento de que "alguns Terena, pela sua própria organização sócio cultural, bem como pelo maior contato com a sociedade nacional conhecendo e manipulando melhor os valores da mesma, assumiram um papel de domínio junto aos demais grupos indígenas (Kaiová e Guarani). Apesar da população Kaiová e Guarani, ocupar mais de 70% da área, uma parcela da comunidade Terena domina os outros, utilizando os próprios homens Kaiová e Guarani, para manterem os demais sob seu domínio, utilizando todos os me-

canismos possíveis para abafar qualquer situação de descontentamento por parte dos demais." (relatório FUNAI - 1984)

Essa política de domínio dos Terena tem continuado com os demais chefes de posto do PI Dourados, e muito tem prejudicado os Kaiowá e Guarani-Nhandeva, bem como os próprios Terena, que se vêem num papel de polícia, em uma área alheia ao seu território tradicional. O restante das áreas Terena ficam distantes de Dourados; pode se perceber a situação difícil deste grupo, visto que também se incluem casos de suicídios Terena em Dourados, se bem que em menor escala.

Neste mesmo relatório a FUNAI reconhece o problema da área de Dourados e especifica: "A proximidade com a cidade de Dourados e as duas estradas que cortam a reserva indígena facilitam o consumo de bebidas alcoólicas. Quando são vistos embriagados são presos pelos policiais indígenas, também chamados conselheiros, e são levados a trabalhar, mais ou menos três dias, nas lavouras do cacique e da FUNAI." Os Guarani Nhandeva e Kaiowá se inibem devido ao apoio incondicional que o órgão tutor oferece aos líderes Terena e por causa das armas de fogo em poder dos conselheiros. O grau de violência aumenta a cada dia - crianças são vistas com punhais construídos por eles mesmos para se defenderem. Neste contexto de violência, fome, exploração, dominação, o que resta para os Kaiowá?

Ainda em recente relatório a FUNAI reconhece novamente que "a explosão demográfica que se verificou nos últimos anos nos Mís da FUNAI, não é decorrente do crescimento vegetativo da população indígena; trata-se de uma situação artificial, decorrendo da desapropriação paulatina de seus territórios tradicionais (tekoha)... a crise vivida pelos Guarani do Mato Grosso do Sul tem fundamentos na ruptura dos padrões de organização social dos grupos e seu núcleo na questão terra... o impasse atual reside na necessidade da demarcação administrativa e garantia de seus territórios, hoje insuficientes para sua sobrevivência física e cultural" (dados do relatório: Questão Guarani MS/ janeiro 1991).

É necessário reconhecer e denunciar que a ação da FUNAI frente ao problema das terras indígenas na região de Dourados nos últimos 15 anos tem oscilado entre a omissão completa (perda dos prazos judiciais) e a colaboração ativa com os fazendeiros no sequestro destas terras (transferência dos índios do rancho Jacaré e outros).

Portanto as análises feitas mostram a exigência Kaiowá de terra suficiente e adequada aos padrões de vida Guarani Nhandeva e Kaiowá e a necessidade de implementar ações que possibilitem aos índios viver dignamente de acordo com sua cultura. Os Kaiowá não querem mudar, não querem se integrar ou "civilizar", desejam, e os suicídios exprimem este desejo, viver de acordo com o Kaiowáreko, de acordo com sua própria ética e valores. "Com a perda do controle sobre a própria vida, o suicídio é o modo extremo de recuperar este poder". (Severo Gomes, F&P, 10/02/91).

VI. Propostas

Considerando que os suicídios são em maior número na área de Dourados, porém ocorrem também em outras áreas; considerando que a análise feita aponta como pano de fundo não só a super-população mas também a sobreposição de famílias extensas (te'yi) nas mesmas áreas, e portanto a necessidade urgente e fundamental de ampliar as áreas devolvendo aos índios tekoha de onde foram expulsos, propomos:

a) A demarcação imediata das terras indígenas cujos processos administrativos estão com suas tramitações suspensas na Funai:

- Cerrito
- Takuaryty/Yvykuarucu (Paraguacu)

- . Piracui
- . Panambi
- . Jaguapiré

A demarcação imediata destas áreas, que depende da exclusiva vontade política do governo, significará um aumento no território Guarani de 10.967 ha.

b) Há outras áreas de onde os índios foram expulsos, muitas vezes com a participação da FUNAI e cujos limites já foram identificados em processos administrativos para demarcação:

- . Panambizinho
- . Sete Cerros
- . Guzsutó
- . Maracaju
- . Jaguarí

O contingente populacional destas áreas, exceto Sete Cerros cujos habitantes estão em Porto Lindo, e Jaguarí, cuja população está em Amambai, foi transferido integralmente para dentro da área de Dourados. Nestas áreas é necessário apenas concluir os estudos e proceder a demarcação, ampliando o território Guarani e Kaiová em 10.571 ha.

Portanto somente através destas duas medidas, que dependem exclusivamente do cumprimento da lei, se duplicaria o território Guarani Kaiová permitindo a reconstituição imediata de pelo menos 10 tekoha (comunidades), hoje confinadas nas áreas superpovoadas. Não se trata portanto de desapropriar terras, mas apenas demarcar as áreas conforme determina a Constituição.

Seria ainda oportuno um levantamento completo de toda a população Guarani Kaiová ainda residindo em fundos de fazendas da região.

c) Ainda referente a todas as áreas, propomos a implementação de projetos de subsistência na área agrícola, respeitando a organização sócio-política dos índios; projetos de educação escolar bilingue que reforcem e não desrespeitem a educação tradicional dos Guarani Kaiová. Qualquer projeto de subsistência, saúde ou educação que não respeite o sistema Kaiová agravará o problema. É necessário questionar a ação das seitas que não respeitam o disposto no artigo 231 da Constituição Federal. Que se controle e fiscalize permanentemente os contratos de trabalho envolvendo a mão de obra indígena.

d) Especificamente em Dourados propomos:

A divisão clara da área, delimitando um espaço específico para os Kaiová visto que as terras ocupadas são originárias deste povo, nesta área se teria uma administração e chefias indígenas à parte dos demais habitantes deste PI; outra área seria reservada aos Guarani, com outra administração; e outra para os Terena, que tem uma cultura absolutamente diversa dos Guarani, maneira de ocupar a terra, de administrar seus bens culturais e materiais, necessitando portanto os mesmos de um atendimento diferenciado.

Nos cargos administrativos da FUNAI local não é recomendável que se coloque índios Terena para trabalhar com os Guarani Kaiová, visto que a situação de violência e tensão entre esses dois povos é intolerável. A redistribuição do espaço da área indígena de Dourados deve ser levada a cabo permitindo melhor distribuição do espaço pela própria comunidade. Discutir com a comunidade formas de diminuir a violência, questionando o policiamento ostensivo por parte dos conselheiros. O apoio irrestrito aos fóruns mais importantes da vida Guarani deve ser implementado: os Aty Guacu, ou reuniões grandes, onde eles refletem e rezam, refazendo e relembando o Teko. Marangatu (vide item III).

U apelo ao ato extremo dos suicídios precisa ser ouvido e entendido como um apelo e apego a uma determinada maneira de viver, uma qualidade de vida específica Kaiowá. Assim, entendemos que dentro de um programa de trabalho poderia-se diminuir essa tendência dos suicídios entre o povo Kaiowá, embora não se reverta de um momento para o outro um movimento social, determinadas escolhas coletivas, como o suicídio vem sendo. As soluções propostas neste parecer talvez não esgotem as possibilidades de realmente recuperar o projeto de vida dos Kaiowá, coisa que somente eles vão resolver. Mas a solução deste impasse passa necessariamente por todas as propostas apresentadas.

Brasília, abril de 1991
CIMI - Conselho Indigenista Missionário